



**INSTITUTO FEDERAL
BRASÍLIA**

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA EXERCÍCIO DE 2013 -PAINT/2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
BRASÍLIA - IFB**

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA

**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES
DE AUDITORIA INTERNA
EXERCÍCIO DE 2013**

PAINT/2013

ÍNDICE

Nº DE ORDEM	TÓPICOS	PÁGINA
1.	Apresentação	4
2.	Núcleo de Auditoria Interna	4
3.	Plano de Auditoria	5
3.1	Normativos de Regência	5
3.2	Elaboração do Plano	6
3.3	Planejamento de trabalhos	7
4.	Escopo do Plano Anual	8
5.	Detalhamento das ações por diretriz	10
5.1	Aquisições- Avaliação da regularidade dos processos licitatórios realizados	10
5.2	Análise da regularidade dos Processos de inexigibilidades e dispensas de licitações	11
5.3	Gestão Operacional – Acompanhamento da Execução de todos os Contratos de prestação de Serviço contínuo de Vigilância e limpeza e conservação do IFB.	11
5.4	Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus Brasília, 3ª etapa.	12
5.5	Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus Gama conclusão da 1ª e início da 2ª Etapa.	12
5.6	Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus Samambaia conclusão da 1ª e início da 2ª Etapa.	13
5.7	Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus Taguatinga 2ª Etapa	14
5.8	Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus Planaltina construção de Laboratórios	14
5.9	Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus Riacho Fundo.	15
5.10	Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus São Sebastião.	15
5.11	Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus Estrutural.	16
5.12	Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus Ceilândia.	16
5.13	Gestão Patrimonial – Inventários físicos e financeiros e guarda e conservação de bens.	17
5.14	Contratações de pessoal amparadas na Lei nº 8.745/93 Processos de contratação de pessoal (Lei 8.745/93)	18
5,15	Controles Externos – Exercício/2013	19

5.16	Processo de Prestação de Contas Anual – Exercício/2012	19
5.17	Plano de Providências do TCU e CGU-PR-DF	19
5.18	Recomendações/Determinações da Auditoria Interna e Conselho Superior	20
5.19	Elaboração do PAINT/2014	20
5.20	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2012	21
5.21	Atividade de orientação/assessoramento aos gestores nos <i>Campi</i> .	21
5.22	Análise dos Projetos de Pesquisas e Extensão em vigência e os já executados no âmbito do IFB.	22
5.23	Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego – PRONATEC	24
5.24	Avaliação da Gestão do uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal	24
5.25	Avaliação sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	24
6.	Fatores Limitadores	25
7.	Resultados Esperados	25
8.	Ações de desenvolvimento institucional e capacitação prevista para o fortalecimento da atividade de Auditoria Interna.	25
8.1	Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna	25
8.2	Ações de Capacitação e Treinamentos	25
8.3	Resultados Esperados	27
9.	Conclusão	28
Anexo I	Cronograma - PAINT/2013 – IFB	28

1. APRESENTAÇÃO

Apresenta-se a Vossa Senhoria o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, relativo ao exercício de 2013, que trata das atividades de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) programada para o referido exercício.

O presente trabalho tem por objetivo sistematizar as ações empreendidas pelo Núcleo de Auditoria Interna desta Autarquia, definindo a programação anual dos trabalhos a serem realizados. O referencial normativo utilizado foi a Instrução Normativa SFC/CGU nº 1, de 3 de janeiro de 2007.

2. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e

eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos para as mesmas.

A atividade de orientação não se confunde com as de consultoria e assessoramento jurídico que competem a Advocacia Geral da União e a seus respectivos órgão e unidades, consoante estabelecido no art. 17, inciso II, Lei Complementar nº 73 de fevereiro de 1993.

Os controles internos podem ser definidos como o conjunto de procedimentos adotados pelos Gestores e servidores do Instituto Federal de Brasília para assegurar o alcance da missão, objetivos e metas do IFB nas seguintes categorias:

- a) efetividade e eficiência das operações;
- b) confiabilidade das demonstrações financeiras; e
- c) conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis.

Os controles internos são constituídos pelos seguintes componentes inter-relacionados, que estão alinhados com o processo de gerenciamento da Instituição:

- a) ambiente de controle;
- b) avaliação de riscos;
- c) atividades de controle;
- d) informação e comunicação; e
- e) monitoramento.

A força de trabalho do Núcleo de Auditoria Interna do IFB é composta, atualmente, por 5 (cinco) auditores, nomeados pela Portaria nº 320 de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2010, seção 2, p. 23.

3. PLANO DE AUDITORIA

3.1. Normativos de Regência

O Núcleo de Auditoria Interna do Instituto Federal de Brasília - NAIN/IFB, instituído pela Resolução - RIFB nº 28, de 18 de novembro de 2009, de acordo com o art. 74 da Constituição Federal, Lei nº 8.443 de 16 de Julho de 1992, Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 200 e Decreto nº3.591, de 06 de Setembro de 2000.

Além disso, este Núcleo de Auditoria Interna tem previsão expressa no Estatuto do Instituto Federal de Brasília em seu artigo 26, e no Regimento Geral do IFB, artigos 102 ao 106.

Desse mesmo modo, o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, regulamenta o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências, tratando em seu artigo 15 e §§1º e 2º das unidades de Auditoria Interna das entidades da Administração Pública Federal indireta.

Além do mais, integram o rol de normas acerca da Auditoria Interna a Instrução Normativa SFC/CGU nº 1, de 3 de janeiro de 2007 e a Instrução Normativa CGU nº 7, de 29 de dezembro de 2006. Esta disciplina normas de *elaboração e acompanhamento* da execução do Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas das Entidades da Administração Indireta do Poder Executivo Federal, e dá outras providências; já aquela estabelece o *conteúdo* do plano anual de atividades de Auditoria Interna e do relatório anual de atividades de Auditoria Interna.

A Instrução Normativa CGU nº 7, de 2006, assim dispõe sobre a matéria:

Art. 4º A proposta de PAINTE será submetida à análise prévia da CGU ou dos respectivos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno que fiscalizam a entidade, até o último dia útil do mês de novembro do exercício anterior ao de sua execução.

Art. 5º As unidades de controle da CGU e os órgãos setoriais restituirão a proposta de PAINTE à entidade no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar do seu recebimento, com expressa manifestação sobre o cumprimento das normas e orientações pertinentes, acrescida de observações sobre as atividades programadas e recomendação, quando for o caso, de inclusão de ações de Auditoria Interna que não tenham sido programadas pela entidade, para atendimento a pontos que sejam relevantes segundo a avaliação do respectivo órgão de controle interno.

§ 1º Na ausência de manifestação dos órgãos central e setoriais do Sistema de Controle Interno no prazo estipulado no caput, a unidade de Auditoria Interna deverá dar prosseguimento às providências previstas nos arts. 6º e 7º.

§ 2º O eventual não atendimento às recomendações que tenham sido adicionadas deverá ser devidamente justificado pela entidade quando do encaminhamento do PAINTE definitivo ao órgão de controle interno respectivo.

Art. 6º O Conselho de Administração ou instância de atribuição equivalente, ou, em sua falta, o dirigente máximo da entidade, aprovará o PAINTE do exercício seguinte até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano.

Art. 7º O PAINTE, devidamente aprovado, será encaminhado ao respectivo órgão de controle interno até o dia 31 (trinta e um) de

janeiro de cada exercício a que se aplica, juntamente com o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior.

3.2. Elaboração do Plano

Para a elaboração do PAINTE/2013 importam tanto as atividades de auditoria quando do acompanhamento quanto do assessoramento da gestão.

No intuito de definir a abrangência e profundidade dos trabalhos a serem realizados, utilizou-se metodologia específica de pré-auditoria e planejamento, considerando dentre outros, os seguintes critérios de priorização dos trabalhos:

- a) consideração de políticas e diretrizes governamentais;
- b) determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle externo e interno;
- c) materialidade dos recursos geridos;
- d) conteúdo do Planejamento Estratégico do IFB;
- e) identificação dos objetivos operacionais e administrativos da Instituição para 2013.

A Auditoria Interna atuará na análise de processos pertinentes à atuação da Instituição no exercício de 2013, englobando, assim, ações de controle nas áreas de gestão de pessoas, gestão financeira e orçamentária, gestão patrimonial, gestão de suprimentos de bens e serviços, gestão operacional e acompanhamento da execução de obras.

Para tanto, estimou-se em hora/homem a força de trabalho disponível, com base nos seguintes parâmetros:

- a) jornada de trabalho de oito horas diárias de 4 auditores e 1 com 6 horas diárias;
- b) número de dias úteis no ano de 2013 é de 251 dias;
- c) período relativo ao mês de férias dos Auditores - 22 dias úteis (30 dias de férias)
- d) períodos de capacitação a serem realizados.

Dessa forma, o quantitativo estimado da força de trabalho para o exercício de 2013 é de 7.328 horas/homens:

Janeiro a Dezembro = 4 servidores x 8 horas x 229 dias úteis = 7.328 horas/homens. 1 x 6 horas x 229 = 1.374, logo 1.374 + 7328 = 8.702 horas

Nas horas destinadas a cada ação estão inclusos o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos, coleta e análise de dados, leitura e interpretação da legislação pertinente, elaboração das solicitações de auditoria, notas de auditoria e relatórios de auditoria.

3.3. Planejamento dos Trabalhos

Os trabalhos da Auditoria Interna foram planejados de forma a prever a natureza, a extensão e a profundidade dos procedimentos que neles serão empregados, bem como a oportunidade de sua aplicação.

Realizou-se um exame preliminar das informações constantes das demandas externas e internas à Instituição, da legislação aplicável e considerou-se a conjuntura por que passa a Instituição como forma de construir um Plano compatível com a realidade institucional.

O resultado desse exame preliminar propiciou o suporte ao programa formal de trabalho, tendo como fundamentos indispensáveis:

- a) Determinação precisa dos objetivos do exame, ou seja, a identificação completa do que se deseja obter com a auditoria;
- b) Definição e alcance dos procedimentos a serem utilizados, levando-se em conta o conjunto de recursos disponíveis; e
- c) Estabelecimento das técnicas apropriadas e referência quanto ao uso de material e documentos de exames prévios ou outras instruções específicas.

As diretrizes das ações de auditoria devem-se pautar nas análises e prevenções das seguintes ações:

- a) Investimentos na implantação do Instituto Federal de Brasília (gastos com obras);
- b) Gestão do IFB, compreendendo ações de controle na área de gestão de pessoas, gestão financeira e orçamentária, gestão patrimonial, gestão de suprimentos de bens e serviços, gestão operacional e aquisições;
- c) Acompanhamento das determinações/recomendações exaradas pelos órgãos de controle;
- d) Elaboração do PAINTE para 2014.

A atuação da Auditoria Interna também terá por foco a estruturação dos processos de seus próprios trabalhos, inserida no âmbito das ações de desenvolvimento institucional, como a elaboração de programas de auditorias para as áreas a serem auditadas.

O conjunto de ações previstas para o desenvolvimento institucional está descrito no item 8 deste PAINTE.

4. ESCOPO DO PLANO ANUAL

Foram utilizados três critérios para a escolha das áreas de atuação: a materialidade, a relevância e o risco dos dispêndios.

A materialidade diz respeito à importância relativa do volume de recursos movimentado pelo projeto/ação em relação ao volume de recursos total da instituição para 2013. Os quadros abaixo resumem esta relação proporcional (valores aproximados):

Código / Especificação - Programa	PLOA 2013 R\$
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	325.000,00
2030 Educação Básica	546.600,00
2031 Educação Profissional e Tecnológica	79.162.568,00
2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	36.894.246,00
Total	116.928.414,00

Grupo de despesa

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO (EM R\$)	% DESPESA SOBRE TOTAL
1 Pessoal e Encargos Sociais	34.347.915,00	29,37
2 Investimentos	46.955.194,00	40,16
3 Outras Despesas Correntes	35.625.305,00	30,47
Total	116.928.414,00	100

¹ Fonte: Projeto de LOA para o exercício de 2013.

O grau de relevância considerou a importância dos projetos/ações em relação ao universo e o risco potencial de precariedade ou ineficiência do controle.

O risco está relacionado a descumprimento de normativos vigentes, ou falhas de controle que podem ocasionar prejuízos financeiros e operacionais.

A escolha das áreas de atuação da Auditoria Interna dentro das diretrizes se deu a partir da aplicação dos critérios ao perfil das despesas do IFB previstas para o exercício de 2013, da seguinte forma:

Investimentos enquadram-se no critério de risco e de materialidade e representam 40,16% do total dos dispêndios. O acompanhamento concomitante inibirá a ocorrência de impropriedades e será executado por meio do acompanhamento da execução das obras dos *Campi* Brasília, Gama, Samambaia, Planaltina, Taguatinga, Riacho Fundo, São Sebastião, Estrutural e Ceilândia.

Para tanto, deverá ser designado um profissional da área de Engenharia, integrante do quadro do IFB, para acompanhamento desse processo de auditoria de acompanhamento das obras.

Um ponto importante a ser avaliado é a Gestão Patrimonial de inventários físicos e financeiros e conservação de bens. Esta análise justifica-se por ser um controle que necessita de acompanhamento permanente. Sendo assim, faz-se necessária ação de controle para verificar se os controles dos bens estão em consonância com a legislação vigente.

A análise da regularidade dos processos de aquisições no âmbito do IFB , de forma a sanar as possíveis impropriedades constitui uma interessante forma de verificar como tal regularidade se encontra, tendo em vista contribuir com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos controles e procedimentos desta área. As citadas áreas, objeto de análise, classificam-se dentro de Outras Despesas Correntes e representam 30,47 % dos dispêndios e que se enquadram no critério de risco.

A avaliação da gestão do uso dos cartões de pagamento do governo federal, visa inibir desvio de finalidade, fraude e ainda verificar a prestação de contas apresentada pelo suprido.

Outro ponto a ser analisado é na gestão de recursos humanos, realizar-se-á o acompanhamento de contratações efetuadas, nos termos da Lei 8.745/93.

Quanto à importância de acompanhar o cumprimento das determinações dos controles Externo – Exercício de 2013, o Processo de Prestação de Contas Anual – Exercício de 2012, Plano de Providências do TCU e CGU, Avaliação da Gestão, Recomendações da Auditoria Interna, bem como elaboração do PAINT/2013 e RAIN/2012.

5. DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR DIRETRIZ¹

O Núcleo de Auditoria Interna atuará nas seguintes áreas: gestão de pessoas, gestão financeira e orçamentária, gestão patrimonial, gestão de serviços terceirizados, gestão operacional e gestão de obras, seguindo os critérios quanto ao risco e materialidade; quanto à relevância do objeto para o IFB; e quanto aos objetivos almejados por meio da auditoria. O detalhamento exporá ainda a origem da demanda, escopo, local em que será realizada a auditoria e a quantidade de auditores nela envolvidos, assim como seu provável tempo de duração.

5.1 - Aquisições – Avaliação da regularidade dos processos licitatórios realizados	
Riscos:	Procedimentos indevidos nos processos licitatórios, ausência de interesse público e inobservância das normas pertinentes.
Relevância em Relação à Entidade:	Averiguar a regularidade dos procedimentos licitatórios nas aquisições realizadas pelo IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios no âmbito do IFB, de forma a sanar as possíveis impropriedades constatadas e acompanhar a implementação das sugestões da Unidade de Auditoria Interna e recomendações da CGU e TCU.
Escopo:	Verificar os procedimentos administrativos adotados na execução dos processos de aquisição, e, em especial, sua consonância com as normas pertinentes. Sobre os processos da amostra: identificar do Contratado

¹ O detalhamento da quantidade de horas por homem está contido no Anexo I deste Plano.

	(nome/razão social e CPF/CNPJ); motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas..
Local:	Coordenação Geral de Aquisições – CGAQ
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 02 (dois) servidores da Auditoria – período de execução: de 02/09/2013 a 25/10/2013, total de 20 dias/160 hh.
5.2 - Aquisições – Análise da regularidade dos Processos de inexigibilidades e dispensas de licitações.	
Riscos:	Procedimentos indevidos nos processos de inexigibilidades e dispensas de licitações, ausência de interesse público e inobservância das normas pertinentes.
Relevância em Relação à Entidade:	É de grande relevância a regularidade dos procedimentos nas aquisições por inexigibilidades e dispensas realizadas pelo IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos de inexigibilidades e dispensas de licitações no âmbito do IFB, de forma a sanar as possíveis impropriedades constatadas e acompanhar a implementação das sugestões da Unidade de Auditoria Interna e recomendações da CGU e TCU.
Escopo:	Verificar os procedimentos administrativos adotados na execução dos processos de aquisição, e, em especial, sua consonância com as normas pertinentes. Sobre os processos da amostra: identificar do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ); motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas.
Local:	Coordenação Geral de Aquisições – CGAQ
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 02 (dois) servidores da Auditoria – período de execução: de 01/08/2013 a 27/09/2013, total de 20 dias/160 hh.
5.3 - Gestão Operacional – Acompanhamento da Execução dos Contratos de prestação de serviço contínuo de Vigilância, Limpeza e Conservação do IFB.	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos Administrativos e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais a que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Relevância	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha

em Relação à Entidade:	acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Avaliar a gestão dos contratos no que pertine a regularidade da execução dos contratos de Vigilância, Limpeza e Conservação no âmbito do IFB.
Escopo:	Os exames serão realizados por amostragem, verificando os aspectos da legalidade, economicidade, boas práticas na fiscalização e regularidade na execução dos contratos acima referidos.
Local:	Área da Pró-Reitoria de Administração e Diretorias de Administração dos <i>Campi</i> responsáveis pelo acompanhamento dos contratos, bem como aferição in loco, se necessário, da execução dos contratos.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 02 (dois) servidores, da auditoria – período de execução: total de 40 dias/320 hh, de 02/05/2013 a 28/06/2013.
5.4 - Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – Campus Brasília, 3ª etapa.	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos de Obras e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Relevância em Relação à Entidade:	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Atender ao ordenamento legal, detectar possíveis desvios de finalidade, erros ou fraudes.
Escopo:	Os trabalhos serão desenvolvidos através do acompanhamento da execução da obra. Conforme cronograma de execução será realizadas as aferições das medições da obra com o que de fato encontra-se executado e, a cada semestre será elaborado um relatório das aferições do período de acompanhamento.
Local:	PRAD - Núcleo de Engenharia – NENG - <i>Campus</i> Brasília.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 3 (três) servidores, sendo 02 (dois) Auditores Internos e um profissional de nível superior, da área da construção civil, integrante do quadro efetivo do IFB para auxiliar os auditores na análise da medição efetuada e o que de fato encontra-se executado. Período de execução: de janeiro a dezembro de 2013, total de 40 dias/320 hh.
5.5 - Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus</i>	

Gama, 2ª Etapa.	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos de Obras e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Relevância em Relação à Entidade:	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Atender ao ordenamento legal, detectar possíveis desvios de finalidade, erros ou fraudes.
Escopo:	Os trabalhos serão desenvolvidos através do acompanhamento da execução das obras do <i>Campus</i> Gama. Conforme cronograma de execução será realizada as aferições das medições da obra com o que de fato encontra-se executado e, a cada semestre será elaborado um relatório das aferições do período de acompanhamento.
Local:	PRAD - Núcleo de Engenharia – NENG - <i>Campus</i> Gama.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 3 (três) servidores, sendo 02 (dois) Auditores Internos e um profissional de nível superior, da área da construção civil, integrante do quadro efetivo do IFB para auxiliar os auditores na análise da medição efetuada e o que de fato encontra-se executado. Período de execução: de janeiro a dezembro de 2013, total de 40 dias/320 hh.
5.6 - Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus</i> Samambaia, 2ª Etapa.	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos de Obras e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Relevância em Relação à Entidade:	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Atender ao ordenamento legal, detectar possíveis desvios de finalidade, erros ou fraudes.
Escopo:	Os trabalhos serão desenvolvidos através do acompanhamento da execução das obras do <i>Campus</i> Samambaia. Conforme cronograma de execução será realizada as aferições das medições da obra com o que de fato encontra-se executado e, a cada semestre será elaborado um relatório das aferições do período de acompanhamento.
Local:	PRAD - Núcleo de Engenharia – NENG - <i>Campus</i> Samambaia.

Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 3 (três) servidores, sendo 02 (dois) Auditores Internos e um profissional de nível superior, da área da construção civil, integrante do quadro efetivo do IFB para auxiliar os auditores na análise da medição efetuada e o que de fato encontra-se executado. Período de execução: de janeiro a dezembro de 2013, total de 40 dias/320 hh.
5.7 - Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus Taguatinga 2ª Etapa.</i>	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos de Obras e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Relevância em Relação à Entidade:	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Atender ao ordenamento legal, detectar possíveis desvios de finalidade, erros ou fraudes.
Escopo:	Os trabalhos serão desenvolvidos através do acompanhamento da execução das obras do <i>Campus Taguatinga</i> . Conforme cronograma de execução será realizada as aferições das medições da obra com o que de fato encontra-se executado e, a cada semestre será elaborado um relatório das aferições do período de acompanhamento.
Local:	PRAD - Núcleo de Engenharia – NENG - <i>Campus Taguatinga</i> .
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 3 (três) servidores, sendo 02 (dois) Auditores Internos e um profissional de nível superior, da área da construção civil, integrante do quadro efetivo do IFB para auxiliar os auditores na análise da medição efetuada e o que de fato encontra-se executado. Período de execução: de janeiro a dezembro de 2013, total de 40 dias/320 hh.
5.8 - Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus Planaltina, construção de Laboratórios.</i>	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos de Obras e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Relevância em Relação à Entidade:	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Atender ao ordenamento legal, detectar possíveis desvios de finalidade, erros ou fraudes.

Escopo:	Os trabalhos serão desenvolvidos através do acompanhamento da execução das obras do <i>Campus</i> Planaltina construção de Laboratórios. Conforme cronograma de execução será realizadas as aferições das medições da obra com o que de fato encontra-se executado e, a cada quadrimestre será elaborado um relatório das aferições do período de acompanhamento.
Local:	PRAD - Núcleo de Engenharia – NENG - <i>Campus</i> Planaltina.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 3 (três) servidores, sendo 02 (dois) Auditores Internos e um profissional de nível superior, da área da construção civil, integrante do quadro efetivo do IFB para auxiliar os auditores na análise da medição efetuada e o que de fato encontra-se executado. Período de execução: de setembro a dezembro de 2013, total de 20 dias/160 hh.
5.9 - Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus</i> Riacho Fundo.	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos de Obras e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Relevância em Relação à Entidade:	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Atender ao ordenamento legal, detectar possíveis desvios de finalidade, erros ou fraudes.
Escopo:	Os trabalhos serão desenvolvidos através do acompanhamento da execução das obras do <i>Campus</i> Riacho Fundo. Conforme cronograma de execução será realizada as aferições das medições da obra com o que de fato encontra-se executado e, a cada quadrimestre será elaborado um relatório das aferições do período de acompanhamento.
Local:	PRAD - Núcleo de Engenharia – NENG - <i>Campus</i> Riacho Fundo.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 3 (três) servidores, sendo 02 (dois) Auditores Internos e um profissional de nível superior, da área da construção civil, integrante do quadro efetivo do IFB para auxiliar os auditores na análise da medição efetuada e o que de fato encontra-se executado. Período de execução: de maio a dezembro de 2013, total de 20 dias/320 hh.
5.10 - Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus</i> São Sebastião.	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos de Obras e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.

Relevância em Relação à Entidade:	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Atender ao ordenamento legal, detectar possíveis desvios de finalidade, erros ou fraudes.
Escopo:	Os trabalhos serão desenvolvidos através do acompanhamento da execução das obras do <i>Campus</i> São Sebastião. Conforme cronograma de execução será realizada as aferições das medições da obra com o que de fato encontra-se executado e, a cada quadrimestre será elaborado um relatório das aferições do período de acompanhamento.
Local:	PRAD - Núcleo de Engenharia – NENG - <i>Campus</i> São Sebastião.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 3 (três) servidores, sendo 02 (dois) Auditores Internos e um profissional de nível superior, da área da construção civil, integrante do quadro efetivo do IFB para auxiliar os auditores na análise da medição efetuada e o que de fato encontra-se executado. Período de execução: de maio a dezembro de 2013, total de 40 dias/320 hh.
5.11 - Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus</i> Estrutural.	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos de Obras e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Relevância em Relação à Entidade:	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Atender ao ordenamento legal, detectar possíveis desvios de finalidade, erros ou fraudes.
Escopo:	Os trabalhos serão desenvolvidos através do acompanhamento da execução das obras do <i>Campus</i> Estrutural. Conforme cronograma de execução será realizada as aferições das medições da obra com o que de fato encontra-se executado e, a cada quadrimestre será elaborado um relatório das aferições do período de acompanhamento.
Local:	PRAD - Núcleo de Engenharia – NENG - <i>Campus</i> Estrutural.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 3 (três) servidores, sendo 02 (dois) Auditores Internos e um profissional de nível superior, da área da construção civil, integrante do quadro efetivo do IFB para auxiliar os auditores na análise da medição efetuada e o que de fato encontra-se executado. Período de execução: de maio a dezembro de 2013, total de 40 dias/320

	hh.
5.12 - Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus Ceilândia</i>.	
Riscos:	Falha ou ausência de fiscalização da execução dos Contratos de Obras e possíveis descumprimentos de Cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Relevância em Relação à Entidade:	Evitar que haja descumprimentos de cláusulas contratuais que venha acarretar prejuízo ao IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Atender ao ordenamento legal, detectar possíveis desvios de finalidade, erros ou fraudes.
Escopo:	Os trabalhos serão desenvolvidos através do acompanhamento da execução das obras do <i>Campus Ceilândia</i> . Conforme cronograma de execução será realizada as aferições das medições da obra com o que de fato encontra-se executado e, a cada quadrimestre será elaborado um relatório das aferições do período de acompanhamento.
Local:	PRAD - Núcleo de Engenharia – NENG - <i>Campus Ceilândia</i> .
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 3 (três) servidores, sendo 02 (dois) Auditores Internos e um profissional de nível superior, da área da construção civil, integrante do quadro efetivo do IFB para auxiliar os auditores na análise da medição efetuada e o que de fato encontra-se executado. Período de execução: de maio a dezembro de 2013, total de 40 dias/320 hh.
5.13- Gestão Patrimonial – Inventários físicos e financeiros e guarda e conservação de bens móveis.	
Riscos:	Falta de controle sobre os bens ou controle inadequado, má conservação, má utilização e extravios.
Relevância em Relação à Entidade:	Bens que dão suporte para a realização das atividades diárias e que demandam grande volume de investimentos, tanto na aquisição quanto na manutenção.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Realizar confirmações de existência física, selecionando itens do Inventário e verificando sua localização. Verificar a consistência das descrições pelo método de amostragem. Examinar os processos de Inventário Patrimonial do exercício de 2012. Visitar os Campi e a Reitoria da Instituição com a finalidade de verificar a conservação e guarda dos bens patrimoniais, entre eles: equipamentos e mobiliários.
Escopo:	Os exames serão realizados por amostragem envolvendo: levantamento

	de possíveis divergências entre os relatórios emitidos pela Coordenação de Patrimônio e a escrituração contábil realizada; verificação quanto ao armazenamento e destino dos bens inservíveis, bem como o processo de baixa correspondente e análise dos termos de responsabilidade.
Local:	Coordenação de Patrimônio dos <i>Campi</i> Taguatinga Norte e Planaltina.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 2 (dois) servidores da auditoria – período de execução: de 15/01/2013 a 20/03/2013, total de 20 dias/160 hh.
5.14- Contratações de pessoal amparadas na Lei nº 8.745/93 Processos de contratação de pessoal (Lei 8.745/93)	
Riscos:	Contratação de professor para a prestação de serviços docentes em inobservância aos limites e termos da Lei nº. 8.745/93.
Relevância em Relação à Entidade:	A Instituição tem utilizado a contratação temporária de professor substituto para dar andamento às atividades docentes em função da necessidade de afastamentos de servidor de carreira, como também as Excepcionalidades previstas em lei.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Verificar o limite de contratação, a demanda e os aspectos normativos do pessoal abrangido pela lei 8.745/93. Verificar o objeto dos contratos firmados com base na Lei nº 8.745/93, evitando a contratação das atividades especificadas no referido diploma legal, que não constitui objetos válidos, a saber: contratação indireta de pessoal a qualquer título e contratação de serviços docentes desvinculados dos objetivos específicos e definidos.
Escopo:	As atividades de auditoria serão desenvolvidas através amostra de processos, contratos em vigência, sendo o percentual variável, a depender do quantitativo de contratos, com vistas a evitar a contratação em inobservância ao limite legal de contratação e fora das situações em que a legislação permite.
Local:	Diretoria de Gestão de Pessoa – DRGP
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 02 (dois) servidores da Auditoria – período de execução: total de 25 dias/200 hh, de 08/01/2013 a 28/03/2013.
5. 15 - Controles Externos – Exercício/2013.	
Riscos:	Descumprimento de normativos vigentes, ou falhas de controles.
Relevância em Relação à Entidade:	Transparência das ações e iniciativas da instituição, por meios de Instrumentos capazes de retratar e impulsionar o momento atual para aumentar a eficiência e eficácia institucional.
Origem da Demanda:	TCU/SECEX/CGU-PR-DF.

Objetivos:	Verificar o cumprimento das recomendações, diligências e determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União e recomendações oriundas da Controladoria Geral da União do Distrito Federal.
Escopo:	Acompanhamento das falhas apontadas em relatórios de auditoria externa, buscando soluções junto aos setores envolvidos para saná-las.
Local:	Gestão do IFB
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 01 (um) servidor Auditoria – período de execução: de 02/01/2013 a 20/12/2013, total de 20 dias/160 hh.
5.16- Processo de Prestação de Contas Anual – Exercício/2012.	
Riscos:	Rejeição da prestação de contas da Unidade.
Relevância em Relação à Entidade:	É o item mais importante para se avaliar a gestão da Instituição considerando que é o documento oficial que torna público todo o trabalho desenvolvido durante o exercício anterior.
Origem da Demanda:	TCU/CGU-PR-DF.
Objetivos:	Examinar previamente o processo de Prestação de Contas Anual da instituição e emitir parecer prévio sobre a formalização da referida prestação de Contas, que será encaminhada à Controladoria-Geral da União do Distrito Federal.
Escopo:	Análise das formalidades legais do processo de prestação de contas. Exame e emissão de parecer sobre a prestação de contas anual.
Local:	Unidade Auditoria Interna do IFB.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 02 (dois) servidores da Auditoria– período de execução: de 02/01 a 28/03 de 2013, total de 30 dias/240 hh.
5.17 - Plano de Providências da CGU-PR-DF.	
Riscos:	Não atendimento às recomendações/determinações destes órgãos, causando sanções aos responsáveis.
Relevância em Relação à Entidade:	As recomendações/determinações emanadas dos órgãos de controle é um importante instrumento de melhoria dos processos operacionais, de aderência à legislação e contribui para a melhoria na aplicação de recursos públicos.
Origem da Demanda:	CGU-PR-DF.
Objetivos:	Acompanhar o Plano de Providências no que se refere à Prestação de Contas Anual da Instituição de acordo com as recomendações dadas

	pela Controladoria-Geral da União do distrito Federal.
Escopo:	Acompanhamento das implementações das providências adotadas pela Instituição.
Local:	Gestão do IFB
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 01 (um) servidor, da Auditoria – período de execução: de de 01/04/2013 a 14/11/2013, total de 20 dias/160 hh.
5.18 -Recomendações da Auditoria Interna	
Riscos:	Não atendimento às recomendações/resoluções destes órgãos, podendo a CGU-PR-DF registrar em seus relatórios falhas da gestão apontando os possíveis responsáveis.
Relevância em Relação à Entidade:	As recomendações/determinações emanadas dos órgãos de controle interno é um importante instrumento de melhoria dos processos operacionais, de aderência à legislação e contribui para a melhoria na aplicação de recursos públicos.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Acompanhar e monitorar a implementação das recomendações exaradas pelo Núcleo de Auditoria do IFB .
Escopo:	Verificar se as falhas apontadas nas recomendações exaradas pelo Núcleo de Auditoria do IFB foram implementadas, buscando soluções/orientações junto aos setores envolvidos.
Local:	Todos os setores/Coordenadorias do IFB
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 05 (cinco) Auditores – período de execução: de 02/01/2013 a 20/12/2013, total de 40 dias/320 hh. As recomendações serão aferidas/acompanhadas por aqueles que tenham exarados nos respectivos Relatórios, exceto quando os autores dos relatórios não estiveram desenvolvendo suas atividades na Unidade de Auditoria.
5.19-Elaboração do PAINT/2014.	
Riscos:	Escolha de áreas auditáveis menos relevantes em detrimento de outras mais significativas; delimitação de amostra inadequada ou insuficiente à formação de opinião precisa e segura; alocação de maior carga horária para áreas menos importantes; redução no quadro de auditores do IFB.
Relevância em Relação à Entidade:	Permitir ao gestor e a CGU-PR-DF acompanhar os trabalhos e ações programados pela Auditoria Interna.
Origem da	CGU-PR-DF

Demanda:	
Objetivos:	Planejar as ações das atividades de auditoria a serem desenvolvidas no decorrer do exercício de 2014
Escopo:	Definição das áreas e atividades de acordo com as prioridades institucionais para 2014.
Local:	Unidade de Auditoria Interna do IFB.
Recursos Humanos Servidores:	inicialmente 01 (um) servidor da auditoria – período de execução: de 01 a 26/10/2013, total de 15 dias/120hh.
5.20 -Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2012	
Riscos:	Relatório elaborado sem a devida clareza e objetividade, dificultando o entendimento da real situação em que se encontra a Instituição, não evidenciando se os controles internos administrativos são adequados e se os recursos públicos estão sendo devidamente aplicados.
Relevância em Relação à Entidade:	Para o administrador público é um importante instrumento auxiliar de gestão, na medida em que pode ajudar a entidade a alcançar suas metas, proporcionando-lhe informações, análises e recomendações, facilitando o processo de gestão. Para a CGU-PR, permite avaliar o trabalho desenvolvido pela Auditoria Interna.
Origem da Demanda:	CGU-PR-DF.
Objetivos:	Apresentar os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna realizados no Exercício/2012.
Escopo:	Demonstração dos trabalhos que foram realizados conforme a programação constante no PAINT/2012, bem como o acompanhamento preventivo e/ou de assessoramento da gestão ocorridos no período de abrangência dos trabalhos.
Local:	Unidade de Auditoria Interna do IFB.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 01 (um) servidor da Auditoria – período de execução: de 02 a 30/01/2013, total de 20 dias/160 hh.
5.21 – Atividade de orientação/assessoramento aos gestores nos Campi.	
Riscos:	Não cumprimento de normativos vigentes, falhas de controle e falta de controle nas rotinas bem com ausência de motivação para os atos administrativos.
Relevância em Relação à Entidade:	Visa promover a regularidade dos procedimentos, regulamentos, manuais e fluxos. Além de incentivar os servidores a utilizar os procedimentos mais adequados segundo os normativos vigentes.

Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Orientar/assessorar os gestores locais na utilização dos procedimentos segundo os normativos vigentes e sanear eventuais dúvidas na elaboração e implantação dos atos administrativos.
Escopo:	O assessoramento visa à utilização das melhores práticas dos atos administrativos no âmbito do IFB.
Local:	Os <i>Campi</i> já em pleno funcionamento, Planaltina, Brasília, Samambaia, Taguatinga, Taguatinga Centro, São Sebastião, Gama, e Riacho Fundo. Sendo 4 (quatro) horas de expediente, por bimestre, em cada <i>Campus</i> acima referidos.
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 04 (quatro) servidores da auditoria – período de execução: de 01/03/2013 a 30/12/2013, total de 20 dias/160 hh. São 2 <i>Campi</i> para cada auditor orientar/assessorar, sendo um Campus aquele de lotação originária do Auditor e mais um outro. As 4 (quatro) horas de expediente se dará a cada bimestre em cada Campus, preferencialmente, na primeira semana do mês. Cada Auditor realizará um relatório circunstanciado e analítico das atividades efetivadas durante as horas expediente, posteriormente um outro relatório sintético no final do ano englobando todos os relatórios circunstanciado realizados durante o correr do exercício visando a composição do RAINT.
5.22 – Análise dos Projetos de Pesquisas e Extensão em vigência e os já executados no âmbito do IFB.	
Riscos:	Não cumprimento dos normativos referentes a execução dos projetos de pesquisas e extensão no âmbito do IFB e aqueles dispostos no Edital de chamamento do projeto bem como a destinação dos bens permanentes adquiridos pelos executores com recursos públicos.
Relevância em Relação à Entidade:	O IFB nos dias atuais trabalha com diversos projetos de pesquisas e extensão, sendo assim, é oportuno verificar a regularidade na execução dos projetos visando boa aplicação dos recursos públicos.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Verificar se a execução dos projetos de pesquisas e extensão que estão de acordo com os procedimentos normativos vigentes, além de aferir a existência de sobreposição de carga horária de trabalho na execução dos respectivos projetos.
Escopo:	A análise dos Projetos de pesquisa e extensão executados no âmbito do IFB se dará por amostra caso haja um número grande de projetos. Verificando a regularidade da execução e respectivas prestação de contas dos projetos.
Local:	PRPI e PREX

Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 02 (dois) servidores da auditoria – período de execução: de 04/02/2013 a 30/03/2013, total de 25 dias/200 hh.
5.23 Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego – PRONATEC	
Riscos:	Não cumprimento dos normativos referentes ao programa PRONATEC, superposição de horários dos servidores bolsistas e execução de despesas de forma irregular.
Relevância em Relação à Entidade:	Por ser um programa de grande abrangência oriundo de políticas públicas governamentais, faz-se necessário um acompanhamento visando uma boa execução do PRONATEC no âmbito do IFB.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Verificar os procedimentos e controles dos trabalhos relacionados à carga horária dos bolsistas servidores efetivos do IFB, desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC estão em consonância com os normativos pertinentes.
Escopo:	Verificação da compatibilidade da carga horária de trabalho dos servidores do IFB e que estão, concomitantemente, desenvolvendo atividades junto ao PRONATEC, bem como verificar se quantitativo de horas de trabalho mensal pelo bolsista e seus respectivos pagamentos estão em consonância com os normativos do programa.
Local:	Coordenação Geral do PRONATEC
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 02 (dois) servidores da auditoria – período de execução: de 15/04/2013 a 14/06/2013, total de 25 dias/200 hh.
5.24 Avaliação da Gestão do uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF , exame da concessão e prestação de contas.	
Riscos:	Recursos utilizados de forma indevida, fugindo da finalidade para a qual foram destinados.
Relevância em Relação à Entidade:	Os gastos com o cartão corporativo são os destinados a atender despesas que por sua excepcionalidade não podem subordinar-se ao processo normal de aquisição e visam facilitar o atendimento das necessidades esporádicas da instituição.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB

Objetivos:	Avaliação da gestão do uso dos cartões de pagamento do governo federal, averiguar se as concessões estão de acordo com a legislação vigente, visando inibir desvio de finalidade, fraude e ainda verificar a prestação de contas apresentada pelo suprido.
Escopo:	Serão analisados 50% dos processos referentes aos Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF no âmbito do IFB, nos quais o exame verificará conformidade da instituição e da utilização dos cartões de pagamento com as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008, bem como a adequabilidade da estrutura de controles internos administrativos para garantir o regular uso dos cartões de pagamento.
Local:	Coordenação Geral de Contabilidade e Finanças - CGCF
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 02 (dois) servidores da auditoria – período de execução: de 12/08/2013 a 31/10/2013, total de 25 dias/200 hh.
5.25- Gestão Patrimonial – Avaliação sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	
Riscos:	Ausência de regularização, registro ou cadastramento dos imóveis da instituição no Sistema de Patrimônio Imobiliário da União – SpiuNet.
Relevância em Relação à Entidade:	Os Bens Imóveis do IFB necessitam de um acompanhamento sobre a regularização pelo Núcleo de Auditoria, tendo em vista que quase todos os imóveis são novos e ainda pendentes de regularidade documental. Os bens que dão suporte para a realização das atividades diárias e que demandam grande volume de investimentos, tanto na aquisição quanto na manutenção.
Origem da Demanda:	Núcleo de Auditoria do IFB
Objetivos:	Realizar avaliação objetiva sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade do IFB, classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade de sua propriedade ou locado de terceiros
Escopo:	Averiguar os seguintes aspectos da gestão dos imóveis: a) suficiência da estrutura de pessoal para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade, próprios ou locado de terceiros; b) existência ou não de estrutura tecnológica para gerir os imóveis; c) correção e completude dos registros dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet; d) análise comparativa dos gastos realizados com a manutenção dos imóveis próprios, da União e com os gastos com a manutenção de imóveis locados de terceiros; e) regularidade dos processos de locação de imóveis de terceiros, principalmente em relação à adequação dos preços contratuais dos aluguéis aos valores de mercado; f) indenização, pelos locadores, das benfeitorias úteis e necessárias realizadas no exercício pelos entes públicos locatários, nos termos do art. 35 da Lei nº 8.245/91; g) existência de segregação contábil suficientemente analítica para a

	<p>distinção dos registros relativos à despesas com:</p> <p>i. locação de imóveis para uso servidores;</p> <p>ii. locação de imóveis para uso do órgão, unidade ou subunidade;</p> <p>iii. manutenção dos imóveis próprios e da União;</p> <p>iv. manutenção dos imóveis locados de terceiros privados ou de outras esferas públicas;</p> <p>v. manutenção dos imóveis locados de outros órgãos e entidades da administração pública federal.</p> <p>Os exames serão realizados em todos os bens classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade do IFB ou locado de terceiros.</p>
Local:	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio – CDAP - PRAD
Recursos Humanos Servidores:	Inicialmente 02 (dois) servidores da auditoria – período de execução: de 02/09/2013 a 15/12/2013, total de 40 dias/320 hh.

6. FATORES LIMITADORES

Ausência de experiência de grande parte dos servidores do IFB no que se refere à boa instrução e as devidas motivações dos atos administrativos são fatores limitadores. Dessa forma, há necessidade de capacitação dos servidores visando um desempenho satisfatório das atribuições para melhor qualidade na prestação do serviço público.

7. RESULTADOS ESPERADOS

O Núcleo de Auditoria Interna espera poder contribuir para a melhoria da Gestão do IFB. Os objetivos específicos para 2013 são os seguintes:

- a) Acompanhar a Execução das Obras nos *Campi* do IFB, verificando as medições realizadas pelos fiscais e a efetiva execução dos itens empregados na Obra, in loco;
- b) Verificar o cumprimento, recomendações, diligências e determinações exaradas pelos órgãos públicos de controle externo e interno;
- c) Avaliar a aplicação dos princípios da administração pública de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e qualidade da ação administrativa por parte do IFB;
- d) Verificar o limite de contratação, a demanda e os aspectos normativos do pessoal abrangido pela lei 8.745/93;
- e) Analisar se os gastos com **os Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF** estão sendo aplicados de acordo com a finalidade para a qual foram criados;
- f) Verificar se os recursos patrimoniais estão sendo devidamente conservados, controlados e utilizados de acordo com a legislação vigente;
- g) Orientar/assessorar os gestores na utilização dos procedimentos, segundo os normativos vigentes e sanear eventuais dúvidas na elaboração e implantação dos atos;
- h) Prevenir o cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes
- i) Acompanhar o fiel cumprimento das leis, normas, regulamentos, instruções normativas, estatutos, regimentos e resoluções dos conselhos e órgãos de deliberação.

8. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA.

O Núcleo de Auditoria Interna tem como função primordial monitorar a efetividade do sistema de controle interno da entidade. A auditoria produz relatórios onde são consolidadas recomendações para o aprimoramento dos processos no que se refere aos controles da entidade. O foco da atuação da auditoria interna será preventivo, corrigindo falhas e criando um ambiente de controle desfavorável à ocorrência de ilícitos.

Para o exercício destas funções é essencial que os auditores detenham uma formação generalista que abranja não apenas uma sólida formação contábil e jurídica, mas também um alto grau de conhecimento dos objetivos da instituição.

8.1 Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna

A aquisição de softwares para implantação de um sistema de acompanhamento da Auditoria Interna, onde estarão cadastrados todos os apontamentos, recomendações e providências às ações da Unidade e dos órgãos de Controle Externo e Interno são de extrema importância para a melhor gestão e mensuração da eficácia de seus trabalhos.

8.2 Ações de Capacitação e Treinamentos

Visando atingir seus objetivos, será desenvolvida pela Auditoria Interna, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas, estratégia e plano de capacitação específico para os auditores internos.

A equipe de Auditores prevê a participação em cursos e seminários destinados ao controle interno, especialmente de assuntos que envolvam obras públicas, Gestão Financeira, Orçamentária e Patrimonial (SIAFI e SIAFI Gerencial), Execução Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública, Licitações e Contratos Administrativos, PAD e Tomada de Contas Especial e Fiscalização de Obras.

A escolha destes cursos e treinamentos justifica-se pelo fato de relacionarem-se direta ou indiretamente com as atribuições de auditoria.

O *SIAFI* é um sistema que realiza todo o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal. É um dos mais abrangentes instrumentos para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial conhecido no mundo, portanto de extrema importância para desenvolver as atividades do Núcleo de Auditoria.

O Curso de Execução Financeira e Orçamentária tem por base esclarecimentos e técnicas de solução de questões cotidianas da Administração Financeira voltado para área pública, dentro das Normas Legais hoje vigentes no país. Permite uma visão integrada de

todo o processo de formação, apresentação e execução dos Programas Governamentais a cargo dos órgãos e entidades federais e sua introdução, registro e acompanhamento no Sistema Integrado de Administração Financeira e Orçamentária do Governo Federal - SIAFI.

O Curso de Contabilidade Pública é de grande importância para a Auditoria deste Instituto. Por meio do domínio de alguns conceitos básicos, será possível interpretar informações acerca da evolução e da situação orçamentária, financeira e patrimonial do IFB.

O curso de Licitações e Contratos no contexto das atividades do Setor Público tem importância fundamental, pois são esses instrumentos, que se bem coordenados possibilitam celeridade nas ações governamentais no tocante às execuções e a efetiva implementação dos projetos, com eficiência, eficácia e efetividade.

Os cursos de Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial são instrumentos legais que a Administração Pública utiliza para ressarcir-se de eventuais prejuízos causados por agentes públicos responsáveis pela guarda e aplicação dos recursos públicos, portanto é importante realizar um curso para maior aprofundamento do assunto, tendo em vista à natureza do trabalho do NAIN.

O curso de fiscalização de Obras, no atual momento pelo qual passa o IFB, é de suma importância para os membros da do Núcleo de Auditoria Interna tendo em vista que boa parte de nossa auditoria esta destinada ao acompanhamento da Execução de Obras.

A participação no Fórum Nacional de Auditores Internos – MEC – FONAI é de grande valia para o fortalecimento da Auditoria Interna, na medida em que propicia a troca de experiências entre os Auditores Internos das Instituições vinculadas ao Ministério da Educação, disseminando as melhores práticas, a busca pela uniformização de procedimentos, bem como fomenta o debate acerca do papel da Auditoria Interna nas Instituições, não apenas exercendo a atividade de controle e avaliação das ações administrativas, mas principalmente de assessoramento aos gestores.

8.3 Resultados Esperados

A Auditoria Interna espera atingir, no âmbito interno de sua atuação, os objetivos específicos além das auditorias constantes deste PAINTE:

- a) Desenvolver e executar, em parceria com as Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, programa de capacitação para os servidores da Auditoria Interna, de modo a habilitá-los a exercer as atividades inerentes à área de atuação.
- b) Obter a aquisição de softwares para implantação de um sistema de acompanhamento da Auditoria Interna, onde estarão cadastrados todos os apontamentos, recomendações e providências às ações da Unidade e dos órgãos de Controle Externo e Interno são de extrema importância para a melhor gestão e mensuração da eficácia de seus trabalhos.

9. CONCLUSÃO

As ações de controle previstas no PAINTE/2013 são pertinentes ao estágio atual das ações desenvolvidas pelo IFB e foram elaborados para focar as auditorias segundo critérios de relevância, materialidade e risco. A cobertura do presente plano entende-se ser adequada às ações do IFB no exercício de 2013.

Esta Unidade de Auditoria Interna encaminhará à Controladoria Geral da União - CGU, em até 60 (sessenta) dias após sua edição, os relatórios ou documentos equivalentes das auditorias realizadas.

Diante da proposta elaborada, submetemos à análise prévia da CGU, a fim de que esta se manifeste acerca do cumprimento das normas e orientações pertinentes, além de tecer suas recomendações que entender pertinente.

Após a manifestação da CGU, o presente Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2013 – PAINTE 2013 foi encaminhado ao Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB e aprovado na 5ª reunião extraordinária, ocorrida em 15 de janeiro de 2013, nos termos da Resolução nº 001/2013/CS-IFB.

Brasília, 23 janeiro de 2013.

José Correia de Souza
Auditor Chefe

ANEXO I CRONOGRAMA – PAINTE/2012 – IFB

TIPO DE ATIVIDADE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Avaliação da regularidade dos processos licitatórios realizados	0	0	0	0	0	0	0	0	80	80	0	0	160
Análise da regularidade dos Processos de inexigibilidades e dispensas de licitações.	0	0	0	0	0	0	0	80	80	0	0	0	160
Gestão Operacional – Acompanhamento da Execução dos Contratos de prestação de serviço contínuo de Vigilância,	0	0	0	0	160	160	0	0	0	0	0	0	320

Limpeza e Conservação do IFB.													
Acomp. da Execução. de Obras – Campus Brasília, 3ª etapa.	40	40	40	40	40	40	40	40	0	0	0	0	320
Acomp. da Execução de Obras – <i>Campus</i> Gama, 2ª Etapa.	40	40	40	40	40	40	40	40	0	0	0	0	320
Acomp. da Execução de Obras – <i>Campus</i> Samambaia, 2ª Etapa.	40	40	40	40	40	40	40	40	0	0	0	0	320
Acomp. da Execução de Obras – <i>Campus</i> Taguatinga, 2ª Etapa	40	40	40	40	40	40	40	40	0	0	0	0	320
Acomp. da Execução de Obras – <i>Campus</i> Planaltina, construção de Laboratórios	0	0	0	0	0	0	0	0	40	40	40	40	160
Acomp. da Execução de Obras – <i>Campus</i> Riacho Fundo	0	0	0	0	40	40	40	40	40	40	40	40	320
Acomp. da Execução de Obras – <i>Campus</i> São Sebastião	0	0	0	0	40	40	40	40	40	40	40	40	320
Acomp. da Execução de Obras – <i>Campus</i> Estrutural	0	0	0	0	40	40	40	40	40	40	40	40	320
Acomp. da Execução de Obras – <i>Campus</i> Ceilândia	0	0	0	0	40	40	40	40	40	40	40	40	320
Gestão Patrimonial - Inventários físicos e financeiros, guarda e conservação de bens.	40	80	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160
Contratações de pessoal amparadas na Lei nº 8.745/93	40	80	80	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200
Controles Externos – Exercício/2013	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	10	10	160
Processo de Prestação de Contas Anual – Exercício/2012	80	80	80	0	0	0	0	0	0	0	0	0	240

Plano de Providências CGU-PR-DF	0	0	0	20	20	20	20	20	20	20	20	0	160	
Recomendações da Auditoria Interna	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	10	10	320
Elaboração do PAINT/2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120	0	0	120
Elaboração do RAINT/2012	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160
Atividade de orientação/assessorame nto aos gestores nos <i>Campi</i> .	0	0	32	0	32	0	32	0	32	0	32	0	0	160
Análise dos Projetos de Pesquisas e Extensão do IFB	0	80	120	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200
Avaliação da Gestão do uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal	0	0	0	0	0	0	0	60	100	40	0	0	0	200
Avaliação sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	80	80	80	80	80	320
Acompanhamento do – PRONATEC	0	0	0	60	100	40	0	0	0	0	0	0	0	200
Subtotal	524	524	556	284	676	584	416	524	636	584	352	300	5960	
Reserva Técnica	201	41	49	301	49	141	229	121	99	141	373	427	2162	
Capacitação dos auditores e participação em eventos promovidos pelo IFB	0	160	120	140	0	0	80	80	0	0	0	0	580	
Total	725	727	8702											

Observação: No quantitativo de horas destinadas a reserva técnica estão inclusos também as possíveis ausências por atestado médicos, licenças asseguradas na Lei 8.112/90, orientação/assessoramento aos gestores na Reitoria, entre outras.